

AGRO ENERGIA SANTA LUZIA S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ: 08.906.558/0001-42

Relatório dos Administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e constitutivas, apresentamos as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31/03/2023 e 31/03/2022, acompanhadas das principais notas explicativas.

Balancos Patrimoniais - 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalente de caixa	257.310	223.907
Contas a receber de clientes	26.199	6.860
Estoques e adiantamentos a fornecedores	198.530	186.343
Ativo biológico	119.641	133.718
Tributos a recuperar	111.257	48.913
Outros créditos	8.079	11.529
Total do ativo circulante	721.016	611.270
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	2.201	2.166
Contas a receber de clientes	1.046	6.075
Estoques e adiantamentos a fornecedores	44.970	31.692
Tributos a recuperar	11.339	22.665
Partes relacionadas	201.478	182.136
Depósitos judiciais	26.010	7.916
Outros créditos	4.821	3.270
Total do ativo não circulante	1.858.939	1.814.366
Total do ativo	2.579.955	2.425.636

Balancos Patrimoniais - 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante		
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	57.752	61.554
Empréstimos e financiamentos	31.809	31.071
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ ²	4.594	3.911
Passivos de arrendamento	56.908	13.074
Salários e encargos	91.036	107.577
Tributos a recolher	15.948	13.465
Tributos parcelados	3.064	4.294
Adiantamentos de clientes	5.327	-
Partes relacionadas	922	1.366
Outros débitos	16.909	13.187
Total do passivo circulante	284.269	249.591
Passivo não circulante		
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ³	2.248	33.221
Empréstimos e financiamentos	11.089	12.330
Passivos de arrendamento	938.400	924.524
Tributos a recolher	366.783	352.252
Adiantamento de clientes	5.762	3.222
Provisão para contingências	12.408	19.618
Imposto de renda diferido passivo	36.210	37.164
Outros débitos	1	1
Total do passivo não circulante	1.372.983	1.382.332
Total do passivo	1.657.252	1.631.923

Patrimônio líquido

	31/03/2023	31/03/2022
Capital social	1.044.344	1.044.344
Reserva de capital	2.945	2.945
Prejuízos acumulados	(124.506)	(253.760)
Total do patrimônio líquido	922.783	793.713
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.579.955	2.425.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: (a) A Agro Energia Santa Luzia S.A. - Em recuperação judicial ("Santa Luzia" ou "Companhia"), foi constituída em 18 de Junho de 2007, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica, tendo como controladora direta a Agroindustrial Participações S.A., e como holding do grupo e controladora indireta a Avtos Agroindustrial S.A. (conjuntamente "Grupo Avtos"). (b) A Companhia tem capacidade de moagem instalada de 5,5 milhões de toneladas de cana por ano, tendo sido processadas 4 milhões de toneladas de cana na safra 22/23 (3,8 milhões de toneladas na safra 21/22). Em 25 de novembro de 2022, foi assinado Acordo de Investimento, Assunção de Obrigações e Outras Avenças celebrado, entre Agroenergia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP Grupo") ou "FIP Agroenergia", MC Green Energy Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP MC Investidor" ou "FIP MC Green"), Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda. ("Mubadala"), Soneva Energias Renováveis S.A. ("Nova Controladora") e os Credores Signatários, onde foi acordado, entre outros termos, a autorização da Troca de Controle e exercício do Plano de Recuperação Judicial, o qual foi aprovado na reunião de credores de 28 de dezembro de 2022. Em 26 de janeiro de 2023, o FIP Agroenergia adquiriu, em sua integralidade, as ações detidas pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC. ("LSF10"), entidade controladora do Grupo Avtos, passando a ter o controle da controladora indireta da Companhia, Avtos Agroindustrial S.A. (assim como o controle do Grupo Avtos). O FIP Agroenergia é responsável por gerar os dados financeiros e credores referidos nas notas explicativas da Transição. O acordo previsto no referido Acordo de Investimentos, o FIP MC Green realizará aporte primário de R\$ 500 milhões de reais em troca de uma fatia de 31,5% do capital da controladora direta da Companhia, a Avtos Agroindustrial Participações S.A. O investimento deverá ser destinado para as áreas agrícola e industrial, com o objetivo de desenvolver a capacidade de produção do Grupo Avtos e atingir sua capacidade instalada de moagem de cana-de-açúcar por safra. Essa transição é um marco para o Grupo Avtos, pois encerra uma fase conflituosa societária e consolida a sustentabilidade do negócio em direção ao encerramento do seu processo de recuperação judicial. O Grupo Avtos vem implementando ações para melhoria da saúde financeira, aumento da produtividade e crescimento, destacando-se: (i) Aumento do nível de investimentos em formação de lavação, buscando ganhos de produtividade e redução da idade média do canavial, (ii) melhoria nos indicadores qualitativos de tratamentos com intuito de aumentar a longevidade e produtividade da cana soca, (iii) redução de custos agrícolas, principalmente na área de corte, transporte e (iv) diluição dos custos fixos através do aumento de moagem nos anos vindouros e, conseqüentemente, redução da ociosidade das plantas industriais, (v) implementação de programa estruturado de melhoria operacional (projeto Avante), e (vi) fortalecimento dos sistemas de informação e cyber security, dando mais robustez aos controles internos do Grupo, bem como difusão das melhores práticas de conformidade, segurança da informação e governança corporativa. O novo controlador dará continuidade ao plano de negócios do Grupo Avtos, buscando aumentar seus níveis de produtividade, de forma a gerar mais sustentabilidade e valor para os acionistas, clientes, parceiros, colaboradores e demais públicos de interesse do Grupo. A Companhia em conjunto com outras empresas do Grupo Avtos, incluindo sua controladora direta, Avtos Agroindustrial Participações S.A., apresentou, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falcóncias e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, ser familiar, comunitário, dos parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Avtos atua conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1059797/09-2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falcóncias e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial com fundamento na Lei nº 11.101/2005 e em conformidade com o artigo 3º do plano de 2020, o Grupo Avtos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e em cumprimento à agenda da Assembleia Geral de Credores ("AGC") colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperadas. Os credores aprovaram a consolidação substancial de 7 Recuperadas, sendo elas: Avtos Agroindustrial S.A., Avtos Agroindustrial Participações S.A., Destilaria Alcida S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A. e Usina Eldorado S.A., Breco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. A recuperação judicial da Companhia e da Recuperada e Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCPJ") foram tratadas em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das Outras setes empresas. No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homóloga do PRJ Consolidado e dos planos individuais da USL e da UCPJ. A referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Com a homologação, foram implementados os cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs. (c) Plano de Recuperação Judicial (informações referentes ao PRJ consolidado do Grupo, exceto quando informações de pagamento que são próprias da Companhia). As principais premissas, por tipo de creditor, que constam nos PRJs homologados e que estão refletidas nestas demonstrações financeiras, podem ser assim resumidas: • Créditos Trabalhistas: Não tiveram os valores e as condições originais de pagamento reestruturados pelo PRJ. • Classe II (Garantia Real): O montante correspondente a 54% dos créditos de cada credor com Garantia Real será pago de acordo com as seguintes condições: (i) carência de amortização de principal até dezembro 2022; (ii) juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 os 50% restantes serão pagos parcelados em (iv) amortização de principal em parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 46% dos créditos de cada credor com Garantia Real poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data da sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Avtos Agroindustrial Participações S.A., sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. No decorrer da safra 2022/2023, ocorreram os primeiros pagamentos aos credores classe III (Quirografários Financeiros), nas seguintes proporções:

Principal pago	Juros pago	Total pago
891	4.406	5.297

• Classe III (Quirografários Financeiros): O montante correspondente a 39% dos créditos de cada credor Quirografário Financeiro será pago nas seguintes condições: (i) período de carência para amortização de principal até dezembro 2022, contados da Data de Homologação Judicial do Plano; (ii) juros equivalentes a 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais; e (iv) amortização de principal em parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 46% dos créditos de cada credor com Garantia Real poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data da sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Avtos Agroindustrial Participações S.A., sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. No decorrer da safra 2022/2023, ocorreram os primeiros pagamentos aos credores classe III (Quirografários Financeiros), nas seguintes proporções:

Principal pago	Juros pago	Total pago
891	4.406	5.297

Demonstrações dos Resultados do Exercício - 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2023	31/03/2022
Receita operacional líquida	1.135.176	1.203.060
Custo dos produtos e serviços vendidos	(823.887)	(782.300)
Lucro bruto	311.289	420.760
Despesas com vendas	(960)	(1.153)
Despesas (despesas) administrativas e gerais, liquidas	(52.921)	(62.074)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas	(9.892)	(8.263)
Lucro operacional antes do resultado das participações societárias e do resultado financeiro	247.516	349.270
Resultado de participações societárias	11	50
Receitas financeiras	28	27.991
Despesas financeiras	(21.961)	(112.142)
Resultado financeiro, líquido	(133.514)	(105.245)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.052	244.117
Imposto de renda e contribuição social correntes 22(b)	-	(17.603)
Imposto de renda e contribuição social diferidos 22(b)	14.938	(7.546)
Lucro líquido do exercício	128.990	218.968
Lucro básico e diluído por ação - em Reais	0,000001	0,000002

Demonstrações dos Resultados Abrangentes 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido do exercício	128.990	218.968
Outros resultados abrangentes:	-	-
Resultado abrangente do exercício	128.990	218.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

liquidez e dividendos da Avtos Agroindustrial Participações S.A., sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. No decorrer da safra 2022/2023, ocorreram os primeiros pagamentos aos credores classe III (Quirografários Financeiros), nas seguintes proporções:

Principal pago	Juros pago	Total pago
2.246	8.856	11.102

• Classe III (Quirografários Não Financeiros): Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de créditos quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse pagamento não se aplica a créditos inferiores a R\$ 4.000 (quatro milhares de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção, e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. • Classe IV (Pequenas e Médias empresas - Aderentes): O montante correspondente a no máximo 80% dos créditos de cada credor Extraconcurral aderente será pago de acordo com as seguintes condições: (i) período de carência de amortização de principal até dezembro de 2022 e de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal); (ii) após período de carência, principal amortizado em parcelas trimestrais sucessivas; e (iii) a partir de março 2023, pagamento dos juros em 47 parcelas trimestrais sucessivas. A dívida foi atualizada por juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial. O saldo correspondente a no mínimo 20% dos créditos de cada credor Extraconcurral aderente poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. A partir da integralização, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Avtos Agroindustrial Participações S.A., considerando taxa de juros equivalente IPCA, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial e prazo de 5 anos. No decorrer da safra 2022/2023, ocorreram os primeiros pagamentos aos credores detentores de Créditos Extraconcurrais Aderentes, nas seguintes proporções:

Principal pago	Juros pago	Total pago
4.860	30.596	35.456

(d) Possíveis efeitos provocados pelo conflito Rússia-Ucrânia nas demonstrações financeiras: O conflito entre a Rússia e a Ucrânia tem impactado o cenário global e, nesse contexto, o setor sucroenergético, podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outras commodities, além do aumento das taxas de juros e da inflação, dos custos de fretes, dentre outros, podendo impactar a Companhia com efeitos reflexos nos seus custos dos insumos produtivos e nas despesas de vendas. Até o momento, contudo, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras da Companhia. (e) Racionaliz. Foi instituído pelo Governo Federal através da Lei 13.576/2017. O principal instrumento do Racionaliz. é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis foram definidas para o período de 2019 a 2029 pela Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019, sendo atualmente desdobradas em metas individuais compulsórias para os distribuidores de combustíveis, conforme suas participações no mercado de combustíveis fósseis, nos termos da Resolução ANP nº 791/2019, de 12 de junho de 2019. Por meio da certificação da produção de biocombustíveis são atribuídas as notas para cada produtor e importador de biocombustível, em valor inversamente proporcional à intensidade de carbono do biocombustível produzido (Nota de Eficiência Energético-Ambiental). A nota reflete exatamente a contribuição individual de cada agente produtor para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil (em termos de toneladas de CO₂ equivalente). Além da nota, o processo de certificação da produção de biocombustível leva em conta a origem da biomassa energética matéria-prima do biocombustível. No caso de biomassa produzida em território nacional somente pode ser considerada a produzida em imóvel com Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo ou pendente e em ocorrência de supressão de vegetação nativa a partir dos marcos legais do RenovaBio (volume elegível). O biocombustível comercializado dá origem ao CBIo, na proporção estabelecida conforme nota estabelecida para o produtor. A Companhia comercializou na safra 22/23 0,5 milhão de CBIos (0,4 milhão na safra 21/22) com impacto de R\$ 47.321 (R\$ 7.366, em 31 de março de 2022) na receita bruta (ano-safra). (f) Gestão de riscos climáticos: Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Base de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OSCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2023, em 11 de Agosto de 2023. **2.1. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para os ativos que requerem mensuração e apresentação de acordo com o seu valor justo ou teste de redução ao valor recuperável - impairment (estoques, ativos biológicos, imobilizado e intangível, incluindo o ágio), a Companhia informa que considerou os impactos econômicos e financeiros projetados em função do conflito, nas premissas utilizadas em seus referidos cálculos. Todos os efeitos decorrentes desta mensuração foram considerados nas demonstrações financeiras. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico de atuação ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando e se aplicável, relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, "Juros passivos", "Variação cambial passiva (ou ativa)" e "Variação monetária passiva (ou ativa)". Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de "Receitas financeiras", nas rubricas, "Rendimento com aplicações financeiras", conforme Nota 28.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo em 31 de março de 2022 (anteriormente apresentado)	20	20
Compensação de reservas de lucros e reservas de incentivos fiscais	20(a)	-
Saldo em 1º de abril de 2022 (reapresentado)	1.044.344	2.945
Lucro líquido do exercício	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	1.044.344	2.945
Lucro líquido do exercício	-	-
Saldo em 31 de março de 2023	1.044.344	2.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - 31 de março de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	128.990	218.968
Ajustes para:		
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos)	26	408.973
Variação no valor justo de ativos biológicos	8 e 26	(9.028)
Resultado de participações societárias	11	(50)
Resultado de ativo imobilizado e direito de uso variações	12e14	-
Juros e variações cambiais e monetárias, liquidadas		144.720
Constituição de provisão para contingências, liquidas	24	(4.088)
Imposto de renda e contribuição social		(954)
Provisão para perdas de crédito esperadas	6	(1.189)
Provisão para redução ao valor de realizações	7	(11.962)
	667.238	670.054

Variações em: Contas a receber de clientes (14.171), 8.345; Estoques e adiantamentos a fornecedores (28.616), 22.213; Tributos a recuperar (51.018), (29.618); Depósitos judiciais (18.094), 646; Outros créditos 2.688, 4.958; Fornecedores (33.956), (16.262); Salários e encargos 2.483, 1.553; Tributos a recolher 1.310, (4.121); Tributos parcelados 5.327, -; Provisão para contingências - liquidações 24, (3.122); (8.333); Adiantamento de clientes (443), (10.215);

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.4. Caixa e equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros:** Classificação: A Companhia classifica e mensura seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como o valor justo por meio de resultados. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de "Receitas e despesas financeiras" na rubrica "Ajuste a valor de mercado" (Nota 28). Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de "Outras despesas operacionais, liquidas" como "Ganhos e perdas, em títulos de investimento". Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de "Receitas e despesas financeiras", na rubrica "Outras receitas (despesas) financeiras". Reconhecimento e mensuração: A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, e a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo esperado - for superior a qualquer perda por impairment desse ativo financeiro previsto no resultado, reconhecido no resultado - a perda do reconhecimento na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por impairment reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Impairment de ativos financeiros: Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • Condições econômicas nacionais ou locais que se relacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos (quando existentes) são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado sendo, subsequentemente, remensurados. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas captadas em moeda estrangeira pela controladora da Companhia, para financiamento, direto ou indireto, das exportações. Tais dívidas são classificadas como hedge de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A Companhia não adota a prática contábil de hedge accounting, uma vez que os instrumentos de hedge são contratados no contexto das operações consolidadas da controladora direta da Companhia e, dessa forma, não é praticável a utilização dessa política em suas demonstrações. Nesse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia são ajustadas, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação na sua controladora direta, objetivando o alinhamento das práticas contábeis do Grupo Avtos. Assim como os derivativos classificados como hedge, o reconhecimento destas